

Demonstrações Financeiras

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

31 de dezembro de 2020

com relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. (“Corretora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	4	83	270	Provisões	8	857	629
Instrumentos Financeiros		28.004	27.966	Outras Obrigações		2.644	3.471
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	27.553	27.966	Diversos	9	2.644	3.471
Títulos e Valores Mobiliários	6	451	-	Obrigações Fiscais Diferidas	11. c	3.435	4.494
Outros Ativos		1.648	2.326	Patrimônio Líquido		22.799	21.968
Diversos	7	1.648	2.326	Capital social		12.595	12.595
				De domiciliados no País	12. a	12.595	12.595
				Reserva Legal		2.518	2.518
				Reserva Especial de lucro		7.686	6.855
Total do Ativo		29.735	30.562	Total do Passivo		29.735	30.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020		2019
		2o. Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		271	749	4.876
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	271	749	4.876
Resultado bruto da intermediação financeira		271	749	4.876
Outras receitas (despesas) operacionais		(509)	(921)	(1.541)
Despesas de pessoal		-	-	(126)
Outras despesas administrativas	16	(476)	(801)	(947)
Despesas tributárias	17	(13)	(36)	(264)
Outras receitas operacionais	18	247	252	258
Outras despesas operacionais	19	(267)	(336)	(462)
Resultado operacional		(238)	(172)	3.335
Resultado não operacional		-	-	(6)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(238)	(172)	3.329
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.a	325	306	(356)
Provisão para imposto de renda		(379)	(389)	(529)
Provisão para contribuição social		(238)	(247)	(331)
Reversão de passivo fiscal diferido		942	942	504
Lucro líquido dos semestre/exercícios		87	134	2.973
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	12.a	4.686	4.686	4.686
Lucro por lote de mil ações - em R\$		18,57	28,60	634,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

	2020		2019
	<u>2o. Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Lucro Líquido dos semestres	87	134	2.973
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>87</u>	<u>134</u>	<u>2.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	104.338	2.724	4.663	-	111.725
Aumento de capital (nota nº 12.a)	257	(257)	-	-	-
Redução de capital (nota nº 12.a)	(92.000)	-	-	-	(92.000)
Lucro do exercício	-	-	-	2.973	2.973
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	51	2.192	(2.243)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	-	-	-	(730)	(730)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	2.518	6.855	-	21.968
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	2.518	6.855	-	21.968
Lucro do exercício	-	-	-	134	134
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	-	101	(101)	-
Dividendos propostos e não aprovados (Nota explicativa 12.b)	-	-	730	-	730
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.518	7.686	-	22.799
Saldos em 30 de Junho de 2020	12.595	2.518	6.902	-	22.015
Lucro do semestre	-	-	-	87	87
Constituição de reservas	-	-	54	(54)	-
Dividendos propostos e não aprovados (Nota explicativa 12.b)	-	-	730	-	730
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 12.b)	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 30 de Junho de 2020	12.595	2.518	7.686	-	22.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020		2019
		2o. Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido dos semestre/exercícios		87	134	2.973
Ajustes ao lucro:				
Reversão de passivo fiscal diferido		(942)	(942)	(504)
Provisões para riscos	19	266	296	235
Total dos ajustes		(676)	(646)	(269)
Lucro líquido ajustado		(589)	(512)	2.704
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2900	2.708	58.346
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(451)	(451)	9.305
Redução em outros ativos		311	677	25.435
Aumento em outras obrigações		707	453	38
Impostos pagos		(156)	(768)	(571)
Caixa líquido (aplicado) oriundo nas atividades operacionais		3.311	2.619	92.553
Redução de capital	12.a	-	-	(92.000)
Dividendos pagos		-	-	(1.665)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(93.665)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.722	2.107	1.592
No início dos semestre/exercícios	4	15.924	16.539	14.947
No fim dos semestre/exercícios	4	18.646	18.646	16.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/2020 e na Resolução CMN nº 4.818/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior; c) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; d) Divulgação dos resultados não-recorrentes. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior para as quais foram apresentadas.

A aplicação de tais critérios gerais está sendo de forma prospectiva. Os saldos dos valores correspondentes a períodos anteriores, apresentados para fins de comparação, também estão sendo ora reapresentados considerando tais critérios gerais.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados;
Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Títulos e valores mobiliários

São classificados na carteira de “negociação”, avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado

em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

A Corretora, em conformidade com o CPC 46 / Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) **Ativos e passivos**

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

f) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos.

h) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	83	270
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>18.563</u>	<u>16.269</u>
Total	<u>18.646</u>	<u>16.539</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>18.563</u>	<u>8.990</u>	<u>27.553</u>	<u>16.269</u>	<u>11.697</u>	<u>27.966</u>
Total	<u>18.563</u>	<u>8.990</u>	<u>27.553</u>	<u>16.269</u>	<u>11.697</u>	<u>27.966</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 8.990 (R\$ 11.697 em 2019), referem-se a recursos financeiros garantidos em “escrow account”, devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	2020	
	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)		
De 3 a 5 anos	<u>452</u>	<u>451</u>
Total de títulos para negociação	<u><u>452</u></u>	<u><u>451</u></u>
Circulante	<u>452</u>	<u>451</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u><u>452</u></u>	<u><u>451</u></u>

Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2020, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias “negociação”, “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”.

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado divulgados pela ANBIMA. Portanto, classificados como Nível 1.

7. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS

	2020	2019
Impostos e contribuições a compensar	956	1.265
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 10.a)	430	942
Títulos e créditos a receber	160	-
Despesas antecipadas	81	117
Outros	<u>21</u>	<u>2</u>
Total	<u><u>1.648</u></u>	<u><u>2.326</u></u>
Circulante	168	320
Não Circulante	1.480	2.006

8. PROVISÕES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para riscos trabalhistas (*)	800	525
Fornecedores a pagar	13	6
Publicação e serviços de assessoria	44	98
Total	<u>857</u>	<u>629</u>
Circulante	57	104
Não Circulante	800	525

(*) Refere-se as ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 10a).

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendos a pagar	33	730
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	636	860
Impostos e contribuições a recolher	3	7
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.972	1.874
Total	<u>2.644</u>	<u>3.471</u>
Circulante	2.644	3.471

10. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Provisões para riscos cíveis: (a)	-	118	-	115
Provisões para riscos trabalhistas: (b)	800	312	525	827
Total	<u>800</u>	<u>430</u>	<u>525</u>	<u>942</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2020, a Corretora possuía 7 processos de natureza cível (6 em dezembro de 2019), no montante total de R\$251 (R\$201 em dezembro de 2019), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020, a Corretora possui 3 processos de natureza trabalhista (2 em dezembro de 2019), sendo 2 classificados como prováveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 800 (1 em dezembro de 2019, no montante de R\$ 525), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 4 (1 em dezembro de 2019, no montante de R\$ 54).

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31/12/2018	766
Constituição (nota nº 19)	286
Reversão (nota nº 18)	(51)
Pagamento processo trabalhista	(476)
Saldo em 31/12/2019	<u>525</u>

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31/12/2019	525
Constituição (nota nº 19)	296
Pagamento processo trabalhista	(21)
Saldo em 31/12/2020	<u>800</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	(173)	3.329
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	69	(1.332)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	41	(21)
Outras despesas indedutíveis / outras receitas não tributáveis	41	(21)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	(87)	115
MTM de TVM	-	(10)
(Constituição) Reversão de provisões para contingências trabalhistas	(110)	96
Outros	23	29
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	283	378
Reversão de passivo fiscal diferido	-	504
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	<u>306</u>	<u>(356)</u>

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	14.846	15.129
Outras provisões temporárias	943	504
Total de créditos tributários não contabilizados	<u>15.789</u>	<u>15.633</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pis a recolher - "Escrow Account"	(49)	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(302)	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.133)	(1.509)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.887)	(2.517)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(24)	-
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(40)	-
Total de obrigações diferidas	<u>(3.435)</u>	<u>(4.494)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	<u>2018</u>	<u>(Constituição) / realização</u>	<u>2019</u>
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	-	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	-	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(2.013)	504	(1.509)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	-	(2.517)
Total	<u>(4.998)</u>	<u>504</u>	<u>(4.494)</u>

	<u>2019</u>	<u>(Constituição) / realização</u>	<u>2020</u>
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	16	(49)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	101	(302)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.509)	376	(1.133)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	630	(1.887)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	(24)	(24)
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	(40)	(40)
Total	<u>(4.494)</u>	<u>1.059</u>	<u>(3.435)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas

Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizavam R\$ 3.302 (R\$ 4.250 em dezembro de 2019).

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações diferidas	1.177	1.129	1.129	3.435

As obrigações diferidas serão realizados em conformidade com os prazos definidos no contrato de "Escrow Account" para a liberação dos recursos que estão bloqueados.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 4.685.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 22 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 92.000, com consequente cancelamento de 23.291.140, sendo 11.645.570 ações ordinárias e 11.645.570 ações preferenciais, e o aumento de capital social, no montante de R\$ 257, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva legal, com observância do limite de 20% do capital social.

A redução e o aumento de capital foram homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 23 de julho de 2019.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2020, foi proposto o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 33 (R\$ 730 em 2019).

A Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 17 de julho de 2020, deliberou sobre a destinação dos dividendos propostos, no montante de R\$ 730 mil, para a Reserva Especial de Lucros, a título de “dividendos obrigatórios não distribuídos”, tendo em vista a renúncia, do único acionista, ao recebimento dos dividendos.

c) Reservas de lucro

As reservas de lucros foram constituídas em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reserva legal de R\$ 52 em dezembro de 2019 e reservas de lucro de R\$ 101 (R\$2.192 em 2019).

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado da Corretora. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	Grau de relação	2020		2019	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	57	-	177	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	18.563	447	16.269	2.965
Outras obrigações - sociais e estatutárias					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(33)	-	(729)	-

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrazil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.193/13, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basiléia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A, apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 31 de dezembro de 2020, é de 35,89% (33,71% em dezembro de 2019).

15. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	267	735	3.613
Resultado com títulos de renda fixa	5	15	1.290
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	(1)	(1)	(27)
Total	271	749	4.876

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comunicação	(13)	(27)	(28)
Processamento de dados	(39)	(111)	(335)
Serviços do sistema financeiro	(140)	(253)	(213)
Serviços técnicos especializados	(212)	(238)	(165)
Serviço de terceiros	(34)	(68)	(39)
Publicações	(12)	(34)	(25)
Seguros	(22)	(44)	(85)
Outras	(4)	(26)	(57)
Total	(476)	(801)	(947)

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(11)	(30)	(203)
PIS	(2)	(5)	(33)
Outras	-	(1)	(28)
Total	(13)	(36)	(264)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Atualização de depósitos judiciais	7	9	84
Encerramento de contas	-	-	107
Reversão de provisões operacionais	-	2	-
Reversão de provisões trabalhistas	-	-	51
Receita com recuperação de conta margem	240	240	-
Outros	-	1	16
Total	247	252	258

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(266)	(296)	(286)
Outras despesas	(1)	(40)	(176)
Total	(267)	(336)	(462)

20. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O saldo do resultado não recorrente em 31 de dezembro de 2020, líquido dos efeitos fiscais, está assim demonstrado:

	2020
	Exercício
Receita com recuperação de conta margem	(144)

Em 31 de dezembro de 2019, não houve resultado classificado como não recorrente.

21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. A Corretora vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação. Até o momento, não houve impactos relevantes para as atividades da Corretora.

A Diretoria

Diretor

Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4
